

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR DA FORÇA AÉREA

2008/2009



TII

DOCUMENTO DE TRABALHO

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DA
FORÇA AÉREA NACIONAL ANGOLANA**

**O PAPEL DA FORÇA AÉREA NACIONAL
ANGOLANA**

Abílio Cinco Caialo Ngombo
Major/TMAA



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

O PAPEL DA FORÇA AÉREA NACIONAL ANGOLANA

MAJOR ABÍLIO CINCO CAIALO NGOMBO

Trabalho de Investigação Individual do CPOS/FA 2008/2009

(VERSÃO PROVISÓRIA)

Lisboa 2009



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

O PAPEL DA FORÇA AÉREA NACIONAL ANGOLANA

Major/TMAA Abílio Cinco Caialo Ngombo

Trabalho de Investigação Individual do CPOS/FA 2008/2009

Orientador: TCOR/TMMA Vale Lima

Lisboa 2009



Agradecimentos

É para nós um motivo de grande altivez compartilhar e agradecer o sentimento do dever cumprido, nessa que constituiu a nossa curta e significativa participação no Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS), referente ao ano lectivo 2008/09. Não estando em causa a rentabilidade académica, o mais importante, sem dúvida, foram os conhecimentos que ao longo do ano lectivo nos proporcionaram.

Não se nos afigura empreitada fácil falar do **Papel da Força Aérea Nacional Angolana**. Este tema exigiria um estudo mais alargado do que aqueles que nos propomos aqui encetar. Contudo, dada a vastidão deste assunto, fruímos da plena convicção de que esta incursão sobre o tema obrigará à repetição de conteúdos abordados noutros trabalhos, o que se nos afigura inevitável. Faremos, contudo, um esforço suplementar, no sentido de tentar simplificar a informação.

Reconhecemos a colaboração de Sua Excelência o Vice-almirante **Álvaro Sabino Guerreiro**, Director do **Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM)**, pelo facto de ter compreendido e aceite a alteração do tema, que é era “**A Imagem da Força Aérea Portuguesa**” para “**O papel da Força Aérea Nacional Angola**” (FANA); seria indecoroso não agradecer a todos os directores dos cursos desta universidade militar, especialmente o senhor Coronel **Luís Durães**, pela sempre pronta disponibilidade para a resolução dos problemas de vária ordem que foram surgindo ao longo do curso, sobretudo no acompanhamento às visitas inseridas na componente pedagógica, assim como ao corpo docente pela forma conspícua como ministraram as aulas, o que facilitou o nosso aprendizado, em especial ao meu incansável tutor o Senhor Tenente-coronel **Vale Lima**. Agradecemos também às individualidades desta instituição que directa ou indirectamente contribuíram para o sucesso deste trabalho. Uma palavra de apreço a todos colegas oficiais alunos por todo apoio com que nos brindaram, sobretudo no que tange aos brilhantes alvitre de confraternizações.

Agradeço também aos meus familiares em Angola pelo enorme sacrifício de afecto que lhes roubei em muitos momentos. Mesmo à distância, sempre me encorajaram para prosseguir com o curso até ao seu epílogo. Por último, e não menos importante, uma palavra de muita estima e consideração a Sua Excelência Ministro da Defesa Nacional de Portugal pelo brilhante convívio que nos proporcionou no dia 29 de Janeiro do corrente ano.



Índice

| | |
|------------------------------------------------|----------|
| 1.Agradecimentos..... | 1 |
| Índice..... | 2 |
| Resumo..... | 3 |
| Abstact..... | 4 |
| Palavras chave..... | 5 |
| Lista das Abreviaturas..... | 6 |
| 2. Introdução..... | 7 |
| 2.1Enunciado, contexto e Base Conceptual..... | 7 |
| 2.2 Objecto de Estudo e sua delimitação..... | 7 |
| 2.3 Objectivos da Investigação..... | 8 |
| 2.4 Perguntas..... | 8 |
| 2.5 Metodologia, percurso e instrumentos | 9,10 |
| 3. Enquadramento | 11 |
| 3.1 Transição da FAPA/DAA para a FANA..... | 12 |
| 3.2 Missão..... | 12 |
| 3.3 Meios..... | 13 |
| 3.4 Interoperabilidade..... | 13 |
| 3.5 A transformação..... | 14 |
| 4. Organização..... | 15 |
| 4.1 Níveis de decisão..... | 15 |
| 4.2 CEMFA..... | 16 |
| 4.3 EMFA..... | 16 |
| 4.4 Características da Organização..... | 17 |
| 5. Modernização..... | 18 |
| 6.Racionalização..... | 18,19,20 |
| 7. Conclusão..... | 21 |
| 8. Recomendações..... | 22 |
| 9. Referências bibliográficas..... | 23 |



Resumo

A 21 de Janeiro de 1976, o Dr. António Agostinho Neto, primeiro Presidente da então República Popular de Angola (RPA), em acto cerimonial, proclamou a Força Aérea Popular de Angola/Defesa Anti-Aérea (FAPA/DAA) Ramo das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), com a finalidade de defender os principais pontos estratégicos do país dos ataques desencadeados pela aviação sul-africana, na tentativa de suprimir, pela retaguarda, as forças da SWAPO (Namíbia) e do Congresso Nacional Africano (ANC) então instaladas no território angolano. No ano de 1978, inicia-se uma época de desenvolvimento técnico-militar na FAPA/DAA na perspectiva de fazer frente às investidas do exército sul-africano que ameaçava a instabilidade no Sul do País.

1991 marca uma nova Era na descrição da FANA, fruto dos acordos rubricados em Bicesse no território português, entre o Governo angolano, dirigido pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (**MPLA**), e pelo então movimento guerrilheiro da União Nacional para a Independência Total de Angola (**UNITA**). Constituíram-se as Forças Armadas Angolanas (FAA) únicas e apartidárias, compostas por elementos das FAPLA e das Forças Militares da UNITA.

Em 1992, com a realização das primeiras eleições legislativas previa-se a reorganização e reequipamento de todas as unidades da FANA, esta vontade não se concretizou, em virtude do país ter mergulhado num novo conflito, obrigando a Direcção da Força Aérea a enveredar por uma outra estratégia, face aos imperativos que o momento impunha, recorrendo a reforços mediáticos.

A área dos recursos humanos tem sido óbice e constitui também motivo de preocupação, sobretudo ao nível dos pilotos, técnicos de manutenção aeronáutica, de radares, mísseis anti-aéreos, comunicações e outras áreas do ramo. Face ao elevado período de operação muitos destes militares não têm tido acesso a programas de actualizações e têm uma idade muito avançada. A guerra civil angolana durou três décadas e arrasou com todas as infra-estruturas do país e, como é evidente, as da FANA sofreram profundas alterações. Só um processo de modernização e actualização eficiente pode devolver à FANA as capacidades que são exigíveis a uma Força Aérea credível.

Com o fim do conflito interno há indicadores promissores para uma FANA, mais moderna e equipada tecnologicamente, tendo como prioridade a requalificação do homem em especial



Abstract

On 21 January 1976, Dr. Antonio Agostinho Neto, first President of the then Republic of Angola (RPA) in ceremonial act, proclaimed the Air Force of Angola / Anti-Air Defense (FAPA / DAA) branch of the Forces Armed People's Liberation of Angola (FAPLA) in order to defend the country's main strategic points of attacks unleashed by the South African aviation, in an attempt to suppress, the rear, the forces of the swapo (Namibia) and the African National Congress (ANC) then installed in the Angolan territory. In the year 1978, will begin an era of military-technical development in FAPA / DAA in the prospect of tackling the investment of South African army that threatened the instability in southern.

1991 marks a new era in the description of FANA, thanks to agreements signed in Bicesse in Portuguese territory, between the Angolan Government, led by the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA), and by then the guerrilla movement National Union for the Total Independence of Angola (UNITA). It is the Angolan Armed Forces (FAA) and only apartidárias, composed of elements of the FAPLA and the UNITA Military Forces.

In 1992 the completion of the first election it was the reorganization of retrofitting all units of FANA, this will not materialize because of the country has sunk into a new conflict, forcing the Directorate of the Air Force to embark on another strategy compared with the time requirements imposed by using backup media.

The area of human resources has been obstacle and is also of concern, especially in terms of pilots, aircraft maintenance technicians from radars, anti-air missiles, communications and other areas of the industry. Given the high period of many of these military operations have not had access to programs for updates and have a very advanced age. The Angolan civil war lasted three decades and destroyed with all the country's infrastructure and, of course, those of FANA suffered deep changes. Only a process of modernization and efficient update FANA, can return to the capabilities that are required for a credible Air Force.

With the end of the internal conflict there are promising indicators for FANA, most modern and technologically equipped, with a focus on rehabilitation of man in particular.



Palavras-chave

Interoperabilidade, Transformação, Organização, Níveis de Decisão, Competências, Características da Organização, Modernização e Racionalização de meios humanos e materiais.



Lista de Abreviaturas

- AAA— (Artilharia antiaérea)
- ANC— (Congresso Nacional Africano)
- CPOS—(Curso de Promoção a Oficial Superior)
- CPM— (Comissão Conjunta Política Militar)
- CEEAC— (Comunidade Económica dos Estados da África Austral)
- CPLP— (Comunidades dos Países de Língua Portuguesa)
- CEMFA— (Chefe de Estado Maior da Força Aérea)
- CEMFAAD— (Chefe do Estado Maior da Força Aérea Adjunto)
- CEMGFAA— (Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas)
- DAA— (Defesa Anti.Aérea)
- ERL— (Estação de Rádio Localização)
- ENAM— (Escola Nacional de Aviação Militar)
- FAA— (Forças Armadas Angolanas)
- FAPLA— (Forças Armadas Populares de Angola)
- FAPA/DAA— (Força Aérea Popular de Angola/Defesa Anti.Aérea)
- ISEM—(Instituto de Estudos Superiores Militares)
- LDN/FAA— (Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas)
- MPLA— (Movimento Popular de Libertação de Angola)
- ONU— (Organização das Nações Unidas)
- SADC— (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)
- RAT— (Regimento Aéreo de Transportes)
- RDAA— (Regimento Aéreo de Defesa Anti.Aérea)
- TRT— (Tropas Rádio Técnica)
- RTRT— (Regimento das Tropas Rádio Técnica)
- VICE.CEMFA— (Vice Chefe do Estado Maior da Força Aérea)
- UA— (União Africana)
- UNITA— (União Nacional para a Independência Total de Angola)
- URSS— (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas)



2. Introdução

Justificação

O trabalho de investigação sobre “**O Papel da Força Aérea Nacional de Angola**” corresponde a uma alteração do tema do inicialmente proposto que era “**A Imagem da Força Aérea**”, devido a dificuldades com que nos confrontamos em termos de pesquisa e atendendo a algumas limitações relativas à bibliografia de apoio.

Falar da Força Aérea Nacional Angolana é pretender saber como foi a sua organização, funcionalidade e operacionalidade, quer em tempo de guerra, quer em tempo de paz e, concomitantemente, o seu envolvimento no contexto da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), e da União Africana (UA). Este estudo revela-se de elevada importância para a Força Aérea Angolana uma vez que deverá permitir avaliar e adequar a actual missão deste ramo das Forças Armadas ao que decorre do Conceito Estratégico a definir pelo nível político.

2.1 Enunciado, contexto e Base conceptual

A investigação a que nos propomos neste trabalho procurará estudar o actual **Papel da Força Aérea Nacional Angolana** e se será imprescindível melhorar a sua actuação face a modernização que se pretende.

Este trabalho terá como base de apoio o surgimento da Força Aérea Nacional Angolana, tese de defesa dos Senhores Tenente General Bernardo Leitão Francisco Diogo, Chefe de Direcção da Educação Patriótica da FANA e do Senhor Coronel António Cristóvão Neto, chefe de Repartição de Defesa Anti – Aérea (DAA) no (curso de Comando e Direcção do Instituto Superior de Ensino Militares (ISEM) em Angola. Faremos ainda a abordagem de alguns conceitos teóricos sobre a interoperabilidade do Ramo no conflito, que durou três décadas aproximadamente. Estes conceitos serão explicitados à medida que aparecerem no decurso normal do trabalho.

2.2 Objecto de estudo e sua delimitação

A reestruturação da FANA garante um aumento significativo dos seus níveis de eficácia.



A modernização da técnica garante melhorar o índice de eficiência da FANA. O processo de modernização da FANA, em meios e requalificação dos efectivos, visa aumentar os níveis académicos e de superação técnico-profissional. Com este trabalho pretendemos fazer uma abordagem sucinta sobre o tema e sobre a participação da FANA nas operações conjuntas do país e nas combinadas, no âmbito da Sub-região do continente, em actividades filantrópicas.

A racionalização dos recursos em todos os níveis obriga uma redefinição do Papel que a FANA exerce. Os conceitos reestruturação, modernização, racionalização e organização serão fundamentais para a reorganização do Ramo das FAA. Este processo teve o seu início em 1992, altura em que se previa o reequipamento das unidades com meios modernos. Como indicação acessória o envio para o estrangeiro de pilotos e técnicos para se requalificarem nos sistemas de armas operados pelas forças do país será essencial neste processo.

2.3 Objectivos da investigação

Este trabalho vai centrar-se na estratégia do papel da Força Aérea Nacional de Angola e no modo como esta influencia a percepção que a sociedade tem da mesma.

A FANA prevê a reestruturação e modernização tecnológica do Ramo a todos níveis. Dadas as limitações em termos bibliográficos e atendendo a sua abrangência o estudo a que nos propomos será restringido à Estrutura Organizacional, Sistemas de Armas do Ramo, modernização e reestruturação das infra-estruturas.

Com a presente investigação pretendemos:

- conhecer e compreender a evolução da Força Aérea Nacional Angolana nas suas mais diferentes vertentes, onde abordaremos aspectos relacionados com a modernização e racionalização da sua estrutura organizacional;
- compreender o esforço que está a ser empreendido no que tange à modernização e racionalização de recursos e aproveitamento de sinergias para potenciar o emprego eficiente dos meios aéreos e outros sistemas de armas disponíveis;
- conhecer e compreender o papel que a Força Aérea Nacional Angolana desempenhou durante a guerra civil e as perspectivas futuras;
- identificar e desenvolver os níveis de decisão da FANA;



- definir os conceitos de modernização, racionalização, interoperabilidade e a caracterização da organização da FANA.

2.4 Perguntas

Foi desenvolvido todo o trabalho tendo em conta o método de investigação em Ciências Sociais proposto por **Raymond Quivy**. No enquadramento em que se desenvolveu este trabalho, surgiu a seguinte pergunta de partida:

Permitirá a modernização da técnica atingir níveis superiores de racionalização da estrutura organizacional da Força Aérea Nacional Angolana, garantindo a melhoria da sua eficiência no contexto actual?

A esta pergunta estão ligadas outras, que dela derivaram, e a que se pretende dar resposta com esta investigação:

- Que política o Estado angolano adopta para modernizar a técnica e que nível de eficácia permite esta política atingir na Força Aérea Nacional Angolana?
- Face a uma modernização que tenha como objectivo a melhoria da eficiência, qual a evolução desejável da técnica a nível do Ramo?
- O papel externo da Força Aérea Nacional de Angola deverá ser objecto de coordenação entre entidades internas responsáveis pela racionalização dos recursos humanos e materiais para o futuro?

2.5 Metodologia, percurso e instrumentos

Considerando a orientação definida, a pesquisa deste tema baseou-se na consulta bibliográfica efectuada a livros, revistas e “sites” na Internet que tinham informação indispensável para o trabalho.

A pesquisa a efectuar adoptará o procedimento bibliográfico nomeadamente de livros, revistas da Força Aérea Portuguesa e da Força Aérea Nacional Angolana, alguns discursos e depoimentos do Ministro da Defesa Nacional de Angola, do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas e de Sua excelência Chefe de Estado Maior da Força de Angola, prescritos nas revistas.

A exploração do tema assentará na leitura de bibliografia que aborde o tema apresentado; serão também mencionado entrevistas do Chefe de Estado Maior da Força Aérea



de Angola (CEMFA) constantes nas revistas e consulta de livros e revistas na biblioteca do IESM em Lisboa e manter alguns contactos com adido de Luanda em Lisboa. Caso não seja possível, desenvolver-se-ão esforços para se atingir os objectivos a que nos propomos.

Quanto à metodologia seguida na investigação, ela assenta na formulação de uma Pergunta de Partida e de Perguntas Derivadas, tendo sido, depois formuladas três hipóteses, que, de acordo com a perspectiva de análise adoptada, serão desenvolvidas ao longo do trabalho. As hipóteses são as seguintes:

Primeira hipótese: A reestruturação da FANA garante um aumento significativo dos seus níveis de eficácia;

Segunda hipótese: A modernização de técnica garante melhorar o índice de eficiência da FANA;

Terceira hipótese: A racionalização dos recursos obriga uma redefinição do Papel da FANA.



3. Enquadramento Geral

Angola situa-se na região ocidental da África Austral. O seu território estende-se por uma superfície de 1.246.700 km², com 1.650 km de orla marítima e 4.837 km de fronteira terrestre. Tem como Fronteiras: a Oeste o Oceano Atlântico, ao Norte a República do Congo (Brazaville) e República Democrática do Congo (Kinshasa), a Este a República da Zâmbia e a Sul a República da Namíbia.

A Força Aérea Nacional Angolana foi fundada em 21 de Janeiro de 1976 na então Base Aérea nº 1, em Luanda, onde o primeiro Presidente de Angola, Doutor António Agostinho Neto, proclamou a então Força Aérea Popular de Angola/Defesa Anti-Aérea (FAPA/DAA), que viria a ser redimensionada em Setembro de 1991, com a denominação da Força Aérea Nacional Angolana (FANA), à luz dos acordos de paz rubricados em Bicesse no território Português.

A guerra exige organização, gestão de recursos e eficiência das infra-estruturas, aspectos invisíveis em tempo de paz.

É cada vez mais significativa a ideia de que a transformação só acontece se houver uma valorização efectiva dos recursos mais críticos que são as pessoas criando um processo possivelmente incompatível, mas imprescindível.

A 21 de Janeiro de 1976, o Dr. António Agostinho Neto, primeiro Presidente da então República Popular de Angola (RPA), em acto cerimonial, proclamou a Força Aérea Popular de Angola/Defesa Anti-Aérea (FAPA/DAA) Ramo das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), com a finalidade de defender os principais pontos estratégicos do país dos ataques desencadeados pela aviação sul-africana, principal força de choque do *apartheid*, na tentativa de suprimir, pela retaguarda, as forças da SWAPO (Namíbia) e do Congresso Nacional Africano (ANC) então instaladas no território angolano. No ano de 1978 inicia-se uma época de desenvolvimento técnico-militar na Força Aérea Popular de Angola Defesa Anti-Aérea na perspectiva de fazer frente às investidas do exército sul-africano que ameaçava a instabilidade no Sul do País.

Em 1979/1980/81, a aviação sul-africana intensificou as suas acções no sul de Angola e a pronta intervenção das unidades estratégicas de Defesa Anti-Aérea equipadas com sistemas de Rádio-localização (radares), de Mísseis Anti-Aéreos do tipo S.125M (Petchora), Volga e Artilharia Anti-Aérea foi decisiva.



De 1982 a 1984, verificou-se uma evolução progressiva do ponto de vista técnico, militar e organizativo, com a formação de pilotos, técnicos e pessoal de estado-maior, e a cobertura do todo espaço nacional com as Estações de Rádio Localização (ERL).

Em 1985, a guerra tomou proporções alarmantes, definindo-se assim uma nova estratégia que obstruía o avanço do inimigo. Criaram-se, assim, duas Regiões de Defesa Anti-Aérea, uma no norte e outra no sul do país. Em 1987 a Força Aérea Popular de Angola Defesa Anti-Aérea alcançou uma grande capacidade combativa e de poder de fogo e o exército Sul-africano viu-se obrigado a suspender as acções agressivas contra Angola e aceitar as conversações para a resolução do conflito por via pacífica e a implementação da Resolução 135/78 das Nações Unidas.

3.1 Transição da FAPA/DAA para a FANA

1991, marca uma nova Era na descrição da FANA, fruto dos acordos rubricados em Bicesse no território português, entre o Governo angolano, dirigido pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (**MPLA**), e pelo então movimento guerrilheiro da União Nacional para a Independência Total de Angola (**UNITA**). Constituíram-se as Forças Armadas Angolanas (FAA) únicas e apartidárias, compostas por elementos das FAPLA e das Forças Militares da UNITA. A FAPA/DAA, parte integrante das FAPLA, foi transformada em Força Aérea Nacional Angolana (**FANA**), por uma Comissão Conjunta Político.Militar (CCPM) da ONU. Foram, então, elaborados os regulamentos funcionais, introduzidos novos conceitos, teoria e doutrina militares, reabilitadas infra-estruturas e reduzidos os efectivos de dezasseis mil militares (16.000) para seis mil militares (6.000), passando a FANA ter a seguinte composição orgânica:

- . Chefe do Estado-Maior
- . Órgãos Coordenadores
- . Comandos funcionais
- . Bases Aéreas e Aeródromos de Manobra.

3.2 Missão da FANA

A Força Aérea Nacional de Angola tem como missões principais a defesa do espaço aéreo nacional e a cooperação com os outros Ramos das Forças Armadas Angolanas na defesa militar do país. Tem ainda como missões complementares a participação em missões no



âmbito de convenção regionais e internacionais de utilidade solene de Angola competindo-lhe especificamente:

- Aprontar as forças Aéreas necessárias para a realização efectiva;
- A defesa do espaço aéreo do território nacional e vigilâncias de áreas vitais;
- A cooperação das forças terrestres e navais;
- Compromissos nacionais e regionais assumidos;
- Cooperar, de forma integrada, na defesa militar do país através da realização de operações aéreas e da defesa aérea do espaço nacional;
- Garantir e manter uma capacidade adequada de apoio aéreo, pelo fogo, pelo reconhecimento e pelo transporte de forças de superfície;
- Garantir o serviço de busca e salvamento aéreo nas operações aeronavais e aeroterrestres e nas regiões de busca e salvamento sob responsabilidade nacional, em coordenação ou cooperação com as forças navais e terrestres, sempre que imprescindível;
- Desenvolver e manter a capacidade para executar operações humanitárias e/ou de interesse público, utilizando os meios do Sistema de Forças com agilidade de emprego;
- Apoiar administrativa e logisticamente todas as suas forças e demais organizações necessárias e estabelecer, equipar e manter as instalações;
- Preparar a expansão dos seus componentes de tempo de paz como exigido pelo estado de conflitualidade.

3.3. Meios utilizados pela FANA

Competia as Forças Armadas Angolanas a execução das obrigações relativas a estabilidade do país e a Força Aérea Nacional Angolana. Fê-lo empregando meios como aeronaves de transporte (Il.72, AN.12, AN.24, AN.32, CASA C.212, Hércules C.130, helicópteros MI.8 e MI.17), MI.35, Allouette. III e SA.342L Gazelle; de reconhecimento e combate (PC.7, PC.9, L.29 e Tucano CMB B12/31H); Caça-bombardeiro (SU.22, SU.24 e SU.25) e Caças interceptores (MIG.23 e SU.27) e o sistema de Mísseis Anti-Aéreos .

3.4. Interoperabilidade

A interoperabilidade é hoje um conceito de especial relevância, pois nenhum Ramo das Forças Armadas (FA) consegue, isoladamente, resolver um conflito. Por esta razão, é



essencial que todos os participantes consigam comunicar e partilhar informação e, em conjunto, operar os diversos sistemas de armas, de forma a potenciar sinergias face a um objectivo comum. Há, portanto, a necessidade de garantir que os novos sistemas de armas a implementar sejam inter-operáveis, no seio da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na União Africana (UA).

3.5 A transformação dos recursos

É cada vez mais significativa a ideia de que a transformação só acontece se houver uma valorização efectiva dos recursos mais críticos, as pessoas, criando um processo imprescindível, em que se tem que aprender, fomentar um novo quadro de pensamento, num ambiente em que o êxito na execução dos programas em que se envolve exige, cada vez mais, um elevado grau de profissionalismo e uma intensa dedicação das pessoas, em símile com as actividades imprescindíveis para garantir a operatividade dos instrumentos de modo a executar a incumbência atribuída.

A mobilização e a formação do pessoal deverão espelhar, conjuntamente, a indispensabilidade de se harmonizar com a elevada tecnologia típica dos modernos apetrechamentos e sistemas de armas. Afirmando todo este processo de formação interna, não obstante esta dinâmica, urge, sobretudo, dinamizar os processos de valorização e dignificação do factor humano, sempre baseados em princípios de moral, rigor e transparência, validados pela realização de cada militar e de cada civil, aos diversos níveis, em que a sua atitude de bem-servir e de assumir responsabilidades como ser humano e como militar serão valorizados.

A actual estruturação exige ajustes que permitam racionalizar os recursos escassos e construir uma Força Aérea Nacional Angolana Centrada na Missão, que estabeleça uma cooperação proeminente para a segurança e defesa da região e do continente.

A transformação nos processos de decisão e operação da FANA é, sem dúvida, um longo caminho, moroso e de delicada aplicação. Para isso, contribui a natureza verdadeiramente antiquada da instituição, que o é por indispensabilidade e hábito. Os conceitos de transformação são, normalmente, objecto de incredulidade, porque são raros à intelectualidade militar. Uma forma de introduzir e absorver o conceito de transformação, nas estruturas militares do Ramo, será aproveitar a eficácia proporcionada pela introdução de novos sistemas de armas.

Deste modo julgamos ter contribuído, de forma ainda parcial, para a comprovação da nossa primeira hipótese que refere que “A reestruturação da FANA garante um aumento



significativo dos seus níveis de eficácia.”. Após a análise que nos propomos fazer, no capítulo seguinte, à Organização da FANA contamos poder compilar a informação necessária à sua inequívoca comprovação.

4. ORGANIZAÇÃO

Organização é um sistema planeado de esforço cooperativo no qual cada participante tem um papel definido a desempenhar, deveres e tarefas a executar. Este conceito, contudo, compreende somente um aspecto da organização, isto é, aquele ao qual se deu estrutura formal envolvendo aspectos planeados da organização. Institucionalizada ao abrigo da Lei Nº 2/93 de 26/03/03, Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas, a estruturação da Força Aérea Nacional Angolana como Ramo das Forças Armadas Angolanas, afigura-se-nos como uma tarefa complexa, atendendo às várias etapas de pacificação que o país atravessou. Estas etapas têm afectado fortemente o processo de concretização e implementação de uma estrutura orgânica mais eficaz. Com a estabilidade política que se vive, há indicadores positivos sobre a implementação desse processo e sobre reajustamentos na estrutura orgânica.

Em 1992, com a realização das primeiras eleições legislativas previa-se a reorganização reequipamento de todas unidades da FANA, com meios modernos e como indicação acessória o envio ao estrangeiro dos pilotos e outros especialistas com a finalidade de se adoptar uma nova tecnologia aeronáutica. Esta vontade não se concretizou, em virtude do país ter mergulhado num novo conflito, obrigando a Direcção da Força Aérea a enveredar por uma outra estratégia, face aos imperativos que o momento impunha, recorrendo a reforços mediáticos. A organização pôde ser definida genericamente com os padrões de trabalho e disposições hierárquicas que servem para controlar ou distinguir as partes que compõem uma organização. De um modo geral, a estrutura é concebida em termos da divisão e especialização do trabalho e da maneira como é coordenada e controlada.

4.1 Níveis de decisão:

A Força Aérea Nacional Angolana está organizada em três grandes níveis de decisão:

- o Nível de Decisão Estratégico compete ao Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, que exerce o comando da FANA e que é sustentado pelo Estado-Maior da Força Aérea.
- o Nível de Programação compete às Direcções, Zonas Aéreas e comandos funcionais da FANA.



- o Nível de Execução está atribuído às unidades e Órgãos dependentes das Direcções, das Zonas Aéreas e dos comandos funcionais.

4.2 Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA)

É o Comandante da Força Aérea, sendo o principal colaborador do Ministro da Defesa Nacional e do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas em tudo o que diz respeito à Força Aérea Nacional Angolana

4.3 Estado Maior da Força Aérea (EMFA)

É o órgão de estudo e apoio à decisão do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e é dirigido por um General que tem a designação de CEMFA e tem sob o seu comando um conselheiro, um CEMFAADJ e um VICE-CEMFA. Todos ostentam a patente orgânica de Tenentes-Generais, assim como os Chefes de Direcções e Regiões Aéreas nomeadamente: Direcção de Aviação, Direcção de Defesa Anti-Aérea, Operações, Educação Patriótica, Contra Inteligência Militar, Pessoal e Quadros, Preparação Combativa e Ensino, Saúde, Logística, Finanças, Regiões aéreas norte e sul, Inspeção-geral da FANA, Escola Militar de Formação Aeronáutica do Lobito, Escola de especialistas da FANA do Namibe e outros órgãos de apoio.

As Regiões Aéreas correspondem a uma divisão geográfica do território nacional, para efeitos de mobilização, preponderância aérea, preparação de operações de cooperação aero-terrestre, aero-naval e transportes aéreos militares. As Regiões aéreas serão quanto necessário, subdivididas em Regimentos aéreos, accionam as unidades de combate e de apoio aéreo, sendo responsáveis pelo treino operacional e a eficiência para a guerra das unidades operacionais delas dependentes e pela execução da Defesa Anti-Aérea, das respectivas áreas accionando para efeitos de emprego operacional, os comandantes de Regimentos de Defesa Antiaéreos (RDAA) e de Artilharia Anti-Aérea (AAA) ou de outros meios similares atribuídos à Defesa aérea dessas áreas. Os comandos das Unidades operacionais responsáveis pelo emprego conjunto de meios terrestres navais e aéreos afectos à Defesa do território incluído em Regiões para efeito de emprego operacional dos meios aéreos têm as seguintes competências:



- Desenvolver e manter a capacidade de defesa aérea do território nacional, de modo a garantir os graus adequados de superioridade aérea;
- Garantir e manter a capacidade adequada de apoio aéreo às forças de superfície, por meio de fogo, reconhecimento e transporte;
- Garantir e manter uma capacidade ofensiva adequada contra alvos de superfície e marítimos, ininterruptamente, em condições meteorológicas adversas e com armamento perspicaz.
- Desenvolver e manter a capacidade de exercer a vigilância e controlo no Espaço Estratégico de Interesse Nacional, assegurando uma situação favorável à utilização das linhas de comunicação, em cooperação com outros Ramos das Forças Armadas Angolanas (FAA);

A redefinição da estrutura organizacional e competências/atribuições referidas neste capítulo permitem-nos afirmar que a segunda hipótese formulada “A reestruturação da FANA garante um aumento significativo dos seus níveis de eficácia” uma vez que uma reestruturação organizacional permite que os resultados obtidos pela Organização se adequem melhor aos objectivos para ela traçados.

4.4 Características da organização

A Organização da FANA deverá ser tal que garanta as seguintes capacidades típicas e imprescindíveis à aplicação do poder aéreo:

- **Velocidade** - Reduz significativamente o tempo necessário para o cumprimento da missão e permite a projecção rápida do poder militar;
- **Alcance** - Permite a operação a grandes distâncias, sem restrições impostas pelos obstáculos de superfície;
- **Flexibilidade** - Possibilidade de utilizar PA para finalidades diferenciadas, com maximização do ponto de aplicação, em termos de objectivo e de tempo. Resulta das características velocidade, alcance, poder de fogo e de manobra;
- **Mobilidade** - Capacidade das forças se deslocarem com rapidez, aproveitando as características da velocidade e alcance, e terem capacidade de actuação imediata a



partir de outro ponto. A mobilidade exige capacidade de sobrevivência que garanta a manutenção das plataformas a partir das quais os meios aéreos operam. Permite a flexibilidade no emprego dos meios actuando sobre um objectivo prioritário, ou sobre um conjunto de objectivos. Implica disponibilidade de bases de operação, prontidão adequada, estrutura de forças e organização.

5. MODERNIZAÇÃO

A modernização depende fortemente do investimento que o Estado proporcionar ou canalizar para adquirir meios para a preponderância da sua tecnologia militar, onde os sistemas de armas possam garantir a interoperabilidade em ambiente conjunto e combinado integrando-se nas capacidades definidas pelo Conceito Estratégico da Defesa Nacional das Forças Armadas Angolanas, para satisfazerem aos objectivos nacionais e internacionais definidos. Sendo a componente aérea do sistema de forças nacional estruturante do Estado angolano, é fundamental a existência de uma força aérea moderna, adaptada às alterações do meio político, estratégico e operacional actual, atento o desenvolvimento científico e tecnológico que se adequa à realidade da profissionalização.

Uma Força Aérea terá que estar harmonizada com os recursos humanos e económicos que o país dispõe para dar o maior contributo no âmbito dos compromissos assumidos interna e externamente, num quadro de segurança cada vez mais colectiva. Sendo assim, será imperioso um esforço redobrado no sentido de adquirir e operar sistemas de armas que sejam interoperáveis, para fazer face às exigências actuais e para poder corresponder com eficiência a esses compromissos, adequando, tanto quanto possível, os meios disponíveis aos resultados pretendidos.

Desta forma esperamos ter conseguido provar que “A modernização da técnica garante melhorar o índice de eficiência da FANA”, formulação esta que corresponde à nossa segunda hipótese que entendemos assim comprovada.

6. RACIONALIZAÇÃO

A FANA tem procedido à Racionalização dos valores sólidos, dentro das limitações possíveis, de modo a não prejudicar a operacionalidade dos meios que dispõe. Importa, agora, adequar o nível de disponibilização financeira para a manutenção e operação dos novos apetrechamentos, assegurando práticas de administração, especialmente na área de apoio



logístico a todos os níveis, que optimizem o investimento da modernização e a racionalização do Sistema de Forças.

Um criterioso investimento em novos apetrechamentos, que agregam tecnologias aperfeiçoadas, é indissociável da capacidade de gestão eficaz e cuidada de orçamentos que se espera estarem adequados aos níveis de actividade aérea exigidos e à qualificação de pessoas para os manter e actuar de acordo com os mais elevados preceitos de garantia e de qualidade.

A área dos recursos humanos tem sido óbice e constitui também motivo de preocupação, sobretudo ao nível dos pilotos, técnicos de manutenção aeronáutica, de radares, mísseis anti-aéreos, comunicações e outras áreas do ramo. Face ao elevado período de operação muitos destes militares não têm tido acesso a programas de actualizações e têm uma idade muito avançada. Um plano de actividade fundamentado num esforço de racionalização de recursos e aproveitamento de sinergias, com a finalidade de potenciar o emprego eficiente dos meios aéreos e outros sistemas de armas disponíveis, conduziu a uma readaptação interna, que originou alterações na estrutura Orgânica. Este processo encontra-se ainda em execução. Tal conduziu à necessidade de ajustar o dispositivo de forças, movimentando o pessoal e a técnica para outras áreas de funcionalidades, aproveitando infra-estruturas já disponíveis nas respectivas áreas.

O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos 7 anos, desde que o país conquistou a paz definitiva, mantém-se orientado para esse projecto de uma Força Aérea “centrada na sua missão”, moderna e racional, que tenha a extensão que os recursos nacionais consintam, mas que nessa dimensão cumpram as capacidades adequadas ao desenvolvimento das acções de defesa do espaço aéreo Nacional, das operações no quadro dos compromissos nacionais e regionais assumidos e no imenso leque das funções de apoio às populações.

A racionalização dos recursos pode ser uma consequência da redefinição do papel de uma organização e, simultaneamente, contribuir para o esforço dessa redefinição. O esforço de adaptação da organização e dos métodos de trabalho, a par da simplificação dos processos, só fazem sentido se, simultaneamente, mantiver elevados níveis de qualidade, de exigência e de rigor no desempenho, que permitam o eficaz cumprimento das missões que lhes são ou serão atribuídas. A guerra civil angolana durou três décadas e arrasou com todas as infra-estruturas do país e, como é evidente, as da FANA sofreram profundas alterações. Só um processo de modernização e actualização eficiente pode devolver à FANA as capacidades que são exigíveis a uma Força Aérea credível.



Assim, parece-nos inequívoca a comprovação da nossa terceira hipótese, isto é, a ideia de que “A racionalização dos recursos obriga uma redefinição do Papel da FANA” acaba por ser uma conclusão evidente deste capítulo.

Cumpre-nos, nesta fase, após a comprovação das três hipóteses formuladas, verificar o sentido da resposta que encontramos para a nossa questão central, a saber, “Permitirá a modernização da técnica atingir níveis superiores de racionalização da estrutura organizacional da Força Aérea Nacional Angolana, garantindo a melhoria da sua eficiência no contexto actual?”. Na nossa perspectiva, a resposta a esta questão é inequivocamente afirmativa.



7. CONCLUSÕES

A transformação nos processos de decisão e operação da FANA é, sem dúvida, um longo caminho, lento e progressivo. Para isso, concorre a organização verdadeiramente ordeira da natureza militar, que o é por necessidade e tradição. Os conceitos de transformação são, normalmente, objecto de cepticismo, porque são desconformes à intelectualidade militar.

A política da modernização, reestruturação, racionalização, reflecte os princípios e imperativos do papel que a FANA desempenha, em uma tentativa de configurar o futuro, engajando-se para proporcionar o melhor, combinando com experiência do passado com apreciação da realidade actual. Mas o êxito a curto, médio e longo prazos dependerá de mais ampla organização das tarefas a ser emanada superiormente e, concomitantemente, das disponibilidades financeiras para a sua materialização ao nível interno como internacional.

Actualmente, dominar os recursos tecnológicos genéricos e específicos da Organização, Instituição é requisito essencial para que os profissionais contribuam para a competitividade dela no mercado. Entretanto, esses mecanismos, quando mal utilizados pelos profissionais, podem trazer resultados inversos. Para evitar o problema, é preciso que os profissionais possuam um perfil de adaptabilidade a esses recursos, para que saibam operá-los de forma correcta e assim promover o crescimento da organização.

O processo de modernização da FANA em meios e requalificação dos efectivos visa aumentar os níveis académicos e de superação técnico-profissional na ânsia de se atingir a eficiência. Com este trabalho pretendemos dar uma conclusão, sobre a participação da FANA nas operações conjuntas do país e da Sub-Região do continente em situação de calamidades naturais, busca e salvamento. A racionalidade sugere objectivos, ou seja a consecução de objectivos previamente estabelecidos e mutuamente aceitos. Embora a definição analisada nos pareça bastante adequada para os propósitos deste trabalho é evidente que encontramos na teoria administrativa uma infinidade de outras abordagens e definições de organizações.

À FANA, incumbe também, quando conciliável com a missão elementar e com os meios de que se dispõe colaborar com os outros sectores do Estado para o desenvolvimento do país e pela salvaguarda dos bens públicos e privados conforme decorrer dos imperativos constitucionais. De uma maneira genérica, concluímos que falar da estrutura organizacional da FANA afigura-se-nos como um processo complexo atendendo as etapas que o próprio processo atravessou a partir dos acordos de Bicesse, Lusaka, memorando de entendimento de Luena e, muito recentemente, da integração das forças militares da FLEC em Cabinda.



8. Recomendações:

No âmbito da modernização, racionalização e reestruturação, recomendamos às entidades competentes para o efeito as seguintes acções:

- a) Definir um plano de integração no qual cada Direcção e Região Aérea do Ramo seja chamada a desempenhar o papel que lhe é atribuído;
- b) Reactivar todas as infra-estruturas degradadas durante o conflito interno e modernizá-las;
- c) Considerar o elemento humano como epicentro de desenvolvimento da instituição dando-lhe qualificação necessária para atender as características desejáveis para o engrandecimento do Ramo e do país;
- d) Materializar o alcance dos objectivos que vislumbre um cenário prospectivo, no qual os militares poderão construir harmoniosamente um programa no âmbito da defesa nacional;
- e) Providenciar mecanismos mais sólidos no que tange a reforços de cooperação bilateral com a FAP, para a formação dos militares no território angolano.



9. BIBLIOGRAFIA

- Título, **História da Força Aérea Portuguesa;**
- Autor, CARDOSO, Edgar P. da Costa,
- Coronel Pilav, 3º Vol. Ano 1984.
- **Revista Águia**
- Título, Rumo ao perfil desejado
- Autora, Força Aérea Nacional Angolana, 2008,
- Discursos de S/Excia o Ministro da Defesa Nacional 21/01/2008
- General PAYHAMA Kundi
- Discurso de S/Excia CEMFA 21/01/2008,
- General AFONSO, Francisco Lopes G.”Hanga”